

RELATÓRIO	ANO	ID TAREFA	TEXTO DA CONSTATAÇÃO	TEXTO DA RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO	ÚLTIMA MANIFESTAÇÃO/D ATA	PROVIDÊNCIAS	UNIDADE RESPONSÁVEL
nº 05/2016	2016	926423	Ressarcimento dos ônus da remuneração de servidor cedido em desacordo com a legislação vigente.	A PROGEP e a PROAF deverão aperfeiçoar os controles internos primários no sentido agilizar a cobrança e o ressarcimento dos ônus devido pela Prefeitura Municipal de Paragominas de modo a observar a aderência à legislação em	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Recomendação implementada parcialmente: Ação	PROGEP
nº 07/2016	2016	926607	Pagamento indevido de auxílio transporte a maior em decorrência da ineficácia dos controles internos, que não detectou erros/fragilidades na execução da Folha de	Recomendação 1. A PROGEP deverá aperfeiçoar os controles internos primários no sentido de mitigar os riscos inerentes às atividades de cadastro e de pagamentos dos servidores da UFRA no SIAPE.	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROGEP
nº 10/2016	2016	927351	Ausência de providências da Ouvidoria quanto ao envio do questionário de Transparência Ativa da UFRA, disponível no e-SIC, para avaliação do Ministério da Transparência,	A PROGEP e a PROAF deverão aperfeiçoar os controles internos primários no sentido agilizar a cobrança e o ressarcimento dos ônus devido pela Prefeitura Municipal de Paragominas de modo a observar a aderência à legislação em	Em análise pela unidade auditada	Encaminhamento de Providências/02/08/2021	Reiteração	UFRA
nº 11/2016	2016	927466	Ineficácia dos controles internos primários da PROEX e da PROGEP os quais não se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados a pagamentos indevidos de bolsa	Recomendação 1. À PROEX para aprimorar os atuais mecanismos de controles de modo a mitigar os riscos relacionados a pagamentos indevidos de bolsa estágio concedidas no âmbito da UFRA.	Em execução - Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROEX
nº 11/2016	2016	927470	Ineficácia dos controles internos primários da PROEX e da PROGEP os quais não se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados a pagamentos indevidos de bolsa	Recomendação 2. À PROGEP para aprimorar os atuais mecanismos de controles de modo a mitigar os riscos relacionados a pagamentos indevidos de bolsa estágio concedidas no âmbito da UFRA.	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROGEP
nº 11/2016	2016	927496	Ineficácia dos controles internos primários da PROEX e da PROGEP os quais não se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados a pagamentos indevidos de bolsa	Recomendação 3. À PROEX e à PROGEP para, conjuntamente, mapearem as principais fragilidades relacionadas aos procedimentos e as rotinas atualmente utilizadas na concessão e no pagamento de bolsa estágio, procurando identificar	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROEX
nº 11/2016	2016	927503	Ineficácia dos controles internos primários da PROEX e da PROGEP os quais não se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados a pagamentos indevidos de bolsa	Recomendação 4. À Reitoria para mandar apurar os fatos visando identificar os responsáveis pelos pagamentos indevidos ao estagiário P M da S B, que provocou prejuízo potencial de R\$11.390,00 ao Erário.	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	GABIN/UFRA
nº 11/2016	2016	927506	Ineficácia dos controles internos primários da PROEX e da PROGEP os quais não se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados a pagamentos indevidos de bolsa	Recomendação 5. À PROGEP para adotar providências visando quantificar os valores pagos indevidamente ao discente P M da S B (CPF: ***.832.452-**).	Em análise pela unidade de auditoria	Encaminhamento de Providências/02/05/2024	Não houve providência	PROGEP
nº 11/2016	2016	927510	Ineficácia dos controles internos primários da PROEX e da PROGEP os quais não se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados a pagamentos indevidos de bolsa	Recomendação 6. À PROGEP para adotar medidas visando a devolução ao Erário dos recursos pagos indevidamente ao discente P M da S B (CPF: ***.832.452-**), após a quantificação do prejuízo.	Em análise pela unidade de auditoria	Encaminhamento de Providências/02/05/2024	Não houve providência	PROGEP
nº 11/2016	2016	927515	Ineficácia dos controles internos primários da PROEX e da PROGEP os quais não se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados a pagamentos indevidos de bolsa	Recomendação 7. A PROEX para adotar procedimentos que permitam o controle efetivo de todos os documentos produzidos e recebidos no âmbito do processo de concessão de bolsa estágio, os quais deverão permanecer	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROEX
nº 11/2016	2016	927517	Ausência de normativos que regulem as ações relacionadas às atividades dos orientadores e supervisores dos estagiários, em especial quanto ao acompanhamento e "atesto" da frequência	Recomendação 1. A PROEX para aprimorar os atuais mecanismos de controles internos primários da Diretoria de Estágio de modo a mitigar os riscos relacionados às possíveis irregularidades relacionadas às fichas de frequência	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROEX
nº 11/2016	2016	927519	Ausência de normativos que regulem as ações relacionadas às atividades dos orientadores e supervisores dos estagiários, em especial quanto ao acompanhamento e "atesto" da frequência	Recomendação 2. À Reitoria para mandar apurar os fatos visando identificar os responsáveis pelo conjunto de impropriedades identificadas no processo de concessão de estágio ao discente P M da S B	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	GABIN/UFRA
nº 11/2016	2016	927523	Ineficácia dos controles internos primários da PROEX e da PROGEP os quais não se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados a pagamentos indevidos de bolsa	Recomendação 1. À PROEX para aprimorar os atuais mecanismos de controles de modo a mitigar os riscos relacionados aos pagamentos indevidos de bolsa estágio concedidas no âmbito da UFRA.	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROEX
nº 11/2016	2016	927529	Ineficácia dos controles internos primários da PROEX e da PROGEP os quais não se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados a pagamentos indevidos de bolsa	Recomendação 2. À PROGEP para aprimorar os atuais mecanismos de controles de modo a mitigar os riscos relacionados a pagamentos indevidos de bolsa estágio concedidas no âmbito da UFRA	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROGEP
nº 11/2016	2016	927531	Ausência de mecanismos de integração e coordenação entre a PROEX e a PROGEP na execução das rotinas relacionadas à concessão e pagamento de bolsa estágio à estudantes.	Recomendação 3. À PROEX e à PROGEP para, conjuntamente, mapearem as principais fragilidades relacionadas aos procedimentos e às rotinas atualmente utilizadas na concessão e no pagamento de bolsa estágio, procurando identificar	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROEX
nº 11/2016	2016	927534	Ineficácia dos controles internos primários da PROEX e da PROGEP os quais não se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados a pagamentos indevidos de bolsa	Recomendação 4. À Reitoria para mandar apurar os fatos visando identificar os responsáveis pelos pagamentos indevidos à estagiária P V F, que provocou prejuízo potencial de R \$17.316,13 ao Erário.	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	GABIN/UFRA
nº 11/2016	2016	824065	Ineficácia dos controles internos primários da PROEX e da PROGEP os quais não se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados a pagamentos indevidos de bolsa	Recomendação 6: A PROGEP para adotar medidas visando a devolução ao Erário dos recursos pagos indevidamente ao discente Paulo Mateus da Silva Bentes (CPF: 030.832.452-89), após a quantificação do prejuízo.	Em análise pela unidade de auditoria	Encaminhamento de Providências/02/05/2024	Não houve providência	PROGEP
nº 11/2016	2016	927537	Tabela das Unidades Organizacionais (UORG) da UFRA desatualizada/incompleta no SIAPE; Necessidade de capacitação dos servidores que operam a folha de pagamento,	Recomendação 1. 23 A PROGEP deverá adotar providências no sentido de cadastrar e manter atualizada a tabela de Unidades Organizacionais (UORG) da UFRA, no módulo do SIAPECAD.	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROGEP

nº 11/2016	2016	927538	Tabela das Unidades Organizacionais (UORG) da UFRA desatualizada/incompleta no SIAPE; Necessidade de capacitação dos servidores que operam a folha de pagamento,	Recomendação 2. A PROGEP deverá adotar providências no sentido de atualizar o cadastro de todos os servidores da UFRA, inclusive os estagiários, em suas respectivas Unidades Organizacionais (UORG) de modo a possibilitar a	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROGEP
nº 11/2016	2016	824064	Pagamento irregular de bolsa estágio, com prejuízo potencial de R\$ 11.390,00	Recomendação 5: À PROGEP para adotar providências visando quantificar os valores pagos indevidamente ao discente Paulo Mateus da Silva Bentes (CPF: 030.832.452-89);	Em análise pela unidade de auditoria	Encaminhamento de Providências/02/05/2024	Não houve providência	PROGEP
nº 11/2016	2016	927541	Tabela das Unidades Organizacionais (UORG) da UFRA desatualizada/incompleta no SIAPE; Necessidade de capacitação dos servidores que operam a folha de pagamento,	Recomendação 3. A PROGEP deverá promover capacitação ao pessoal envolvido nas atividades de registros de atos de pessoal no sistema SIAPECAD, junto ao órgão competente que trata das questões relacionadas à gestão de	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROGEP
nº 11/2016	2016	824058	Pagamento irregular de bolsa estágio, com prejuízo potencial de R\$ 11.390,00	Recomendação 4: À Retoria para mandar apurar os fatos visando identificar os responsáveis pelos pagamentos indevidos ao estagiário Paulo Mateus da Silva Bentes (CPF: 030.832.452-89), que provocou prejuízo potencial de R\$11.390,00	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	GABIN/UFRA
nº 12/2016	2016	927544	Ineficácia dos controles internos primários da PROGEP os quais não se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados aos indícios de acumulação indevida de cargos de servidores ativos e inativos da UFRA.	Recomendação 2. 6 À PROGEP para, caso venha a ser constatada acumulação ilegal, promover medidas administrativas para restituição aos cofres da Universidade dos valores pagos indevidamente, nos termos dos arts. 46 e 47 da Lei 8.112/00.	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROGEP
nº 12/2016	2016	927547	Ineficácia dos controles internos primários da PROGEP os quais não se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados aos indícios de acumulação indevida de cargos	Recomendação 4. À PROGEP para aperfeiçoar suas rotinas periódicas com vistas a identificar casos em que haja acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, bem como efetuar análise prévia dos documentos e/ou	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROGEP
nº 12/2016	2016	927549	Ineficácia dos controles internos primários da PROGEP os quais não se mostraram eficazes para mitigar os riscos relacionados à identificação de servidores que atuam na gerência ou administração de sociedade privada	Recomendação 1. À PROGEP para apurar as ocorrências de possíveis pagamentos indevidos aos professores citados nesta Constatação, em razão de suas possíveis participações na gerência ou administração de sociedades privadas, conforme registrado no sistema CNPI da Secretaria da Receita Federal	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROGEP
nº 13/2016	2016	927556	Infração ao regime de Dedicção Exclusiva do Programa de Residência Multiprofissional em área de Saúde; e fragilidades dos controles internos primários da PROGEP e da PROPED	Recomendação 1. À PROGEP para apurar as ocorrências de eventuais pagamentos indevidos às alunas citadas nesta Constatação, em razão de possíveis exercícios de atividades públicas e/ou privadas incompatíveis com o	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROGEP
nº 13/2016	2016	927557	Infração ao regime de Dedicção Exclusiva do Programa de Residência Multiprofissional em área de Saúde; e fragilidades dos controles internos primários da PROGEP e da PROPED	Recomendação 2. À PROGEP para, caso venha a ser confirmada a ilegalidade, promover medidas administrativas para restituição aos cofres da Universidade dos valores pagos indevidamente.	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROGEP
nº 13/2016	2016	927560	Infração ao regime de Dedicção Exclusiva do Programa de Residência Multiprofissional em área de Saúde; e fragilidades dos controles internos primários da PROGEP e da PROPED	Recomendação 3. À Retoria para adotar medidas no sentido de instaurar o devido processo legal visando à regularização da situação das alunas citadas nesta Constatação, tendo em vista que foi detectado o possível exercício de 7	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Em execução	PROGEP
nº 13/2016	2016	927570	Infração ao regime de Dedicção Exclusiva do Programa de Residência Multiprofissional em área de Saúde; e fragilidades dos controles internos primários da PROGEP e da PROPED	Recomendação 4. À PROGEP e a PROPED para, conjuntamente, aperfeiçoarem suas rotinas periódicas com vistas a identificar casos em que ocorra possível acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas/privadas que	Em análise pela unidade de auditoria	Encaminhamento de Providências. /03/05/2024	Não houve providência	PROGEP
nº 13/2016	2016	927571	Infração ao regime de Dedicção Exclusiva do Programa de Residência Multiprofissional em área de Saúde; e fragilidades dos controles internos primários da PROGEP e da PROPED	Identificar casos em que ocorra possível acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas/privadas que possam caracterizar infração ao regime de Dedicção Exclusiva de que trata o § 2º do Art. 13 da Lei 11.129/2005	Em análise pela unidade de auditoria	Encaminhamento de Providências/03/05/2024	Não houve providência	PROGEP
nº 14/2016	2016	927575	Fragilidades dos controles internos primários da PROGEP os quais não se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados aos indícios de acumulação indevida de cargos	Recomendação 2. À PROGEP para, caso venha a ser constatada acumulação ilegal, promover medidas administrativas para restituição aos cofres da Universidade dos valores pagos indevidamente, nos termos dos arts. 46 e 47 da	Em análise pela unidade de auditoria	Encaminhamento de Providências/03/05/2024	Não houve providência	PROGEP
nº 14/2016	2016	927578	Fragilidades dos controles internos primários da PROGEP os quais não se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados aos indícios de acumulação indevida de cargos	Recomendação 4. À PROGEP para aperfeiçoar suas rotinas periódicas com vistas a identificar casos em que haja acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, bem como efetuar análise prévia dos documentos e/ou	Em análise pela unidade de auditoria	Encaminhamento de Providências/03/05/2024	Não houve providência	PROGEP
nº 14/2016	2016	927581	Fragilidades dos controles internos primários da PROGEP os quais não se mostraram eficazes para mitigar os riscos relacionados à identificação de servidores que atuam na	Recomendação 2. À PROGEP para, caso venha a ser constatada a gerência ou a administração de empresa privada, promover medidas administrativas para restituição aos cofres da Universidade dos valores pagos indevidamente	Em análise pela unidade de auditoria	Encaminhamento de Providências/03/05/2024	Não houve providência	PROGEP
nº 14/2016	2016	927583	Fragilidades dos controles internos primários da PROGEP os quais não se mostraram eficazes para mitigar os riscos relacionados à identificação de servidores que atuam na	Recomendação 3. À PROGEP para adotar medidas, caso necessárias, no sentido de instaurar o devido processo legal visando à regularização da situação dos servidores citados nesta Constatação, tendo em vista que foram detectadas suas	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Recomendação implementada parcialmente: Ação	PROGEP
nº 14/2016	2016	927584	Fragilidades dos controles internos primários da PROGEP os quais não se mostraram eficazes para mitigar os riscos relacionados à identificação de servidores que atuam na	Recomendação 4. À PROGEP para aperfeiçoar suas rotinas periódicas com vistas a identificar casos de participação de servidor público na gerência ou na administração de sociedade privada, registrado no sistema CNPJ da Secretaria	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Não houve providência.	PROGEP
nº 15/2016	2016	928437	Fragilidades dos controles internos primários da PROGEP os quais não se mostraram suficientes para mitigar os riscos relacionados aos indícios de acumulação indevida de cargos por servidores ativos e inativos da UFRA.	Recomendação 4. À PROGEP para aperfeiçoar suas rotinas periódicas com vistas a identificar casos em que haja acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, bem como efetuar análise prévia dos documentos e/ou declarações de acumulação de cargos, quando da apresentação dos documentos	Em análise pela unidade auditada	Não houve manifestação	Não houve providência	PROGEP